



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE 5 DE JANEIRO DE 2012

Presidente: Ex. ^{mo} Sr. Albertino Bragança

Secretário: Ex. ^{mo} Sr. Adlander Matos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 20 minutos.

Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Lota de Peixe procederam a uma reunião de acertos, para fazerem o rol das constatações que irão constar nas conclusões.

Intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Joaquim Rafael Branco (MLSTP/PSD), Guilherme

Octaviano (MLSTP/PSD), Martinho Domingos (ADI), Elsa Pinto (MLSTP/PSD) e Adllander Matos (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião quando eram 11 horas e 35 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados.

Acção Democrática Independente (ADI):

Martinho Domingos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Matos

Elsa Pinto

Guilherme Octaviano

Joaquim Rafael Branco

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Homem dos Santos S. Bragança

O Sr. **Presidente**: — Os senhores devem lembrar-se que fizemos duas reuniões, depois de termos feito o balanço da primeira parte do inquérito. Tivemos reuniões no dia 24 e 30 de Novembro, onde cada um deu a sua opinião sobre como é que estava ver a evolução do inquérito. E é desse relato que iremos fazer o rol das constatações, donde partiremos para as conclusões. Portanto, era bom que os Srs. Deputados recordassem aquilo que foi dito.

Srs. Deputados, vamos interromper os trabalhos.

Eram 9 horas e 25 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a reunião.

Eram 9 horas e 45 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Eu ia distribuir um documento e depois disso começaríamos a

O Sr. **Joaquim Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Ainda há outro documento?

O Sr. **Presidente**: — O tal documento que havia dito no outro dia, o resumo das...

O Sr. **Joaquim Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Precisa receber outro.

O Sr. **Presidente**: — Ah! Está bom.

Pausa

Então eu avancei com isso de modo a evitar que cada um o fizesse agora. Não obstante isso, as constatações que os Srs. Deputados podem fazer, que podem eventualmente não estar neste documento.

O que vamos fazer a seguir? Com base nessas constatações, vamos ter que passar as conclusões. E as conclusões têm que provir ou do consenso ou da votação. Portanto, eu queria então propor os Srs. Deputados os seguintes exercícios. Se estiverem de acordo com este documento, síntese e se quiserem aumentar com outras constatações. Nós aqui temos 33 constatações. Poderá existir eventualmente outras que os Srs. Deputados queiram, se acharem que não estão contempladas nesta lista, poderão avançar outras constatações. De maneira que, o primeiro passo a seguir, é saber, se depois de lerem esse resumo das constatações, esse inventário, se há qualquer outra constatação que queiram acrescentar nesta lista. É isso que ponho a consideração dos senhores. Leram as declarações?

Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Joaquim Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Eu não quero acrescentar, mas sim marcar a minha posição em relação a cada uma delas, porque acho que nalguns casos há repetição. Portanto, eu sugeria que nós....

O Sr. **Presidente**: — Então vamos uma por uma?

O Sr. **Joaquim Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Ok. Meus senhores, em relação a primeira constatação? Temos todos de escusar a voltar ler.

Vamos ver que opinião, e vamos passar a recolher esta primeira constatação. Pode ser uma conclusão do processo ou há consenso em relação a ela. Eu gostaria ouvir os Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Joaquim Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Estou de acordo com ela.

O Sr. **Presidente**: — Cada um dos Srs. Deputados. Sr. Deputado Guilherme Octaviano está de acordo com esta constatação? Para que não estarmos a votarmos constantemente.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Estou de acordo.

O Sr. **Presidente**: — Também está de acordo o Sr. Deputado Domingos?

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, isso corresponde a todo o processo de requalificação da Lota?

O Sr. **Presidente**: — Sim. O que está aqui, é depois de sairmos daqui, passar a conclusão. É preciso notar que há aqui constatações que partiram de Deputados que são da oposição e outros do Governo. Agora, nós estamos na comissão de inquérito. Então temos que passar a um lote de constatações. Também queria dizer aos Srs. que por lei, as opiniões que não sejam de maioria não irão constar também no processo, tal como vem na lei do inquérito parlamentar.

Claro, que eu enquanto membro da Comissão estou de acordo com esta constatação.

Gostaria de saber qual é a opinião de Sr. Deputado Domingos em relação a essa primeira constatação.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, depois de ver outros pontos é que podíamos ver o ponto 1, para afirmarmos se está envolvido ou não.

Porque começamos já no 1.º ponto dizendo: «... que neste processo está envolvido de muita obscuridade». No meu ponto de vista, acho que podíamos analisar os outros pontos. Como tem a descrição aqui, outros pontos, e depois para chagarmos outra conclusão se há muita obscuridade ou não. Esse é o meu ponto de vista.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, ouviram a opinião do Sr. Deputado Domingos. Nós devíamos analisar os outros pontos e depois chegar a essa conclusão.

Tem a palavra Sr. Deputado Joaquim Rafael Branco.

O Sr. **Joaquim Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, percebo a lógica do Sr. Deputado, mas não tem sentido. Porque isto é retirado de todas as declarações que foram feitas. O facto de aparecer cá, em primeiro lugar, não quer dizer que seja qualquer coisa que está em primeiro lugar. Essa constatação resulta de toda as declarações que foram feitas aqui.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada Elsa Pinto, ouviu o que estávamos a fazer?

O Sr. **Joaquim Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Já lhe expliquei

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, subscrevo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Adllander Matos.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, compreendendo a intervenção do Sr. Deputado Domingos. Também não fica claro se ele não concorda com o ponto. Ele talvez relega para depois, fazer uma apreciação sobre esse ponto. Talvez passando por outros pontos de constatação e posteriormente ele definirá se está de acordo ou não. É esse o seu entendimento?

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Exactamente.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Eu creio que, ao princípio Sr. Presidente, fica a ideia dos outros Deputados aí presente que concorda com o ponto. Só o Sr. Deputado Domingos, por enquanto, ainda não está em condições de votar contra ou a favor do ponto.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, compreendi aquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Domingos, mas aquilo que disse o Sr. Deputado Joaquim Rafael Branco tem cabimento. Na medida em que essas constatações decorrem das declarações que fizemos. E nós todos conhecemos real processo. Por outro lado, queria saber a vossa opinião. Vamos pedir opinião de cada um ou vamos...? Evitamos sempre de estar a votar. De maneira que esse processo é mais moroso, saber a opinião de cada um. Qual é a vossa opinião?

O Sr. **Joaquim Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Eu acho que podíamos ir ponto por ponto. Cada um dizia se está de acordo ou não e o Sr. Presidente tirava a conclusão com as declarações, se não nunca mais. Se alguém quiser fundamentar um ponto está bem, mas se não, vamos ponto por ponto e o senhor vai registando a posição da Comissão. Essa é a minha proposta.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, neste ponto 1, ouvimos a opinião de cada pessoa. Já todos emitiram a sua opinião e o Sr. Deputado Do cinco estamos de acordo que isso seja uma conclusão. Avancemos então para conclusão com esta ressalva de Sr. Deputado Domingos.

A segunda constatação. Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Joaquim Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu não creio que seja muito relevante esta constatação. Porque fica quem dirige a parte respeitante a construção civil. Dirigir quê? Empresa...

Para o contexto das declarações que estão aqui, eu acho que isso não é muito relevante.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sra. Deputada Elsa Pinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu acho que talvez tem a razão de ser, na medida em que precisa um pouco a confusão que se gerou. Porque não sabia da Empresa Seca Geeds, depois entrava o Sr. d' Alva, não sabia qual era a intervenção da Direcção Obras Públicas. Portanto, ficou sem saber efectivamente quem dirigia o processo de construção.

Depois teve que se explicar que o Sr. d' Alva é representante da outra parte no que toca a projecção e orçamentação do processo, quer a parte civil. Depois a Direcção das Obras Públicas também diz que não tem intervenção nenhuma no processo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu acho que esse ponto deve continuar como uma conclusão, tendo em conta as constatações.

O Sr. **Joaquim Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Retiro a minha intervenção

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, concordo perfeitamente que esse ponto seja aprovado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, eu concordo.

O Sr. **Presidente**: — Eu também concordo. Agora, ponto 3.

O Sr. **Joaquim Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, concordo, mas agora não sei se devemos emitir o último juízo de valor. O que põe mesmo em dúvida que o executivo tem reunido para efeito.

Eu acho que nós não podemos ir ao ponto de

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — É valorativo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, concordo perfeitamente com a proposta de alteração.

O Sr. **Presidente**: — Retira-se.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sim, sim.

Sr. Presidente, desculpa-me, mas eu acho que o debate está a decorrer um pouco em off, nós não estamos a utilizar o serviço de microfone. Nós não temos estado a usar, estamos a fazer intervenção mas o microfone....

O Sr. **Presidente**: — Eu posso repetir. Dizia que estamos de acordo, o terceiro ponto passa a conclusão e agora vamos para o quarto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Eu proponho que substitua a «leis» por «regras».

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Eu não percebi.

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Deputada Elsa Pinto, é da opinião que em vez de «...algumas leis relativas ao processo...», passa a «... algumas regras...», substitui «leis» por «regras».

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, concordo perfeitamente com a Sra. Deputada Elsa Pinto, porque no meu entender se tivéssemos que manter a lei, teremos que especificar que leis, para facilitar a compreensão. Nesse caso a regra facilita um pouco o entendimento do que está cá.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, é preciso não esquecerem que, com base nas conclusões que saírem deste trabalho, vamos passar a identificar as leis que foram violadas e as recomendações. Para além de dizer que isso infringiu a natureza legal, etc. Temos que dizer que leis que formam violadas.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — *Por deficiência de gravação não foi possível transcrever esta intervenção* depois disso.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos continuar. A quinta constatação. Está muito extensa, mas vamos ver como fazer isso.

O Sr. **Joaquim Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Eu concordo, se bem que eu acho que deveria ser, em vez de «Ainda que se reconhece...» devia ser: «A Comissão reconhece ao Governo a prerrogativa...», depois continuar. Isto afirma que é prerrogativa do Governo?

O Sr. **Presidente**: — Sim. *Por deficiência de gravação não foi possível transcrever esta intervenção*

O Sr. **Joaquim Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sim. Resto, estou de acordo.

O Sr. **Presidente**: — Outras opiniões?

Vamos fazer o seguinte: Quando há leitura de um ponto ou de aceitar quando se lê, parte de princípio que as pessoas estão todas de acordo.

O Sr. **Joaquim Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Ótimo.

O Sr. **Presidente**: — Se houver alguém que queira objectar, faz alerta. Estamos de acordo?

A partir de agora vamos fazer o seguinte: Sempre que houver uma conclusão e, que não houver da parte dos Srs. Deputados qualquer contestação ou qualquer objecção eu parto de princípio que estamos todos de acordo.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu concordo com o conteúdo, mas acho que conviria talvez com uma outra redacção que não tenho agora, porque é muito extenso esse parágrafo. E depois não muito jurídico, aparece palavras como: no entanto, duvidar, tem muita literatura.

O Sr. **Presidente**: — Esta é a constatação, mas a conclusão tem que ser mais compreensível.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Exactamente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, isso seria já na parte da redacção final. Estamos a ver o grande objectivo. Eu acho que como dizia bem, Sr. Presidente pode-se ver na parte final.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada Elsa, vamos reformular este texto e dá-lo uma forma mais conclusiva.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Tem dois considerando apenas. Portanto, reconhece a prerrogativa do Governo na matéria, mas que no entanto houve facilidades etc. Assim em duas frases faz-se isso.

O Sr. **Presidente**: — Sim. Vamos fazer isso. Vou dar forma mais conclusivas.

Estamos de acordo com o ponto sexto?

Tal como combinamos, deu sinal que não há qualquer objecção.

O ponto sétimo.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Tem razão de ser, mas eu acho que sequencialmente não devia estar cá. Devíamos esgotar as questões que têm a ver com o trabalho da própria comissão.

Porque a Comissão vinha ou no princípio ou no fim. Uma questão prévia ou uma questão posterior, mas não no meio. Tem essa razão de ser, mas não na sequência da análise que estamos a fazer.

O Sr. **Presidente**: — Estou de acordo com esta observação, de se colocar no final esta constatação, porque ela não faz parte implícita do processo. Portanto, é uma recomendação que vamos fazer à Assembleia. Não sei se há concordância da parte dos Srs. Deputados.

Agora o ponto 8. Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, esse ponto entra em contraste com o primeiro ponto aprovado, no meu ponto de vista. No entanto, se nós aprovamos o primeiro ponto, não faz sentido aprovamos este, porque seria o contraditório do primeiro.

O Sr. **Presidente**: — Mais opiniões.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Eu acho que efectivamente temos que ter atenção com o primeiro ponto, sobretudo a última frase deste ponto oitavo, que diz: «...no entanto, não se diga que esteja preenchido de irregularidades e acções muito obscuras».

Portanto, lá a frente vem dizer que o processo é obscuro, e depois vem contrariar também o ponto dez, que diz: «...A prevalência de erros gravíssimos...» Portanto, é preciso uniformizar a linguagem, haver um certo rigor quando se está a constatar.

O Sr. **Presidente**: — Mais opiniões.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, eu queria perguntar: Essas constatações foram retiradas do relatório da reunião do dia 30? E todas essas intervenções estão aqui?

O Sr. **Presidente**: — Sim, estão todas aqui.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Nós estamos a aprovar então o quê?

O Sr. **Presidente**: — Nós estamos a aprovar a conclusão da Comissão.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — A conclusão da Comissão!

O Sr. **Presidente**: — Porque o relatório tem que ter: conclusões e recomendações.

Houve todas as declarações de uns e de outros, elas são apostas em alguns casos. Agora Comissão vai chegar as suas conclusões.

Percebeu Sr. Deputado Domingos?

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Quer dizer que estamos a aprovar os pontos levantados na última reunião?

O Sr. **Presidente**: — Das declarações que foram feitas que dei os senhores para ler. Fez-se levantamento das constatações, nós constatamos tudo isso. É certo que há deputados da oposição e outros apoiantes do

Governo, e aqui estão declaração de toda gente. Agora quais desses pontos de vista passam as conclusões do relatório? Compreende? É isso que estamos a fazer.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Então na minha primeira intervenção com relação ao primeiro ponto, eu não sei se o Sr. Presidente está analisar agora essa questão. Primeiramente, eu li e vi que esses pontos vêm entrar em contradição com o primeiro ponto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Domingos, esse que está aqui, não é opinião da Comissão. São declarações que cada um de nós fez em relação a este processo. É aquele documento que os senhores têm, do dia 30 de Novembro.

Naquele dia quando fizemos o balanço de tudo que já tínhamos feito, cada um deu a sua opinião. Claro que os deputados que sustentam o Governo deram opinião favorável e outros que são deputados da oposição falaram que há erros gravíssimos. Isso aqui é um apanhado de tudo que se disse.

Agora, o que estamos a fazer é saber, quais dessas constatações devem ficar na conclusão. Já percebeu?

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Desculpa Sr. Presidente, há questões aqui, que a Comissão apoderou-se. Porque no quinto ponto diz: «A comissão reconheça...»

O Sr. **Presidente**: — Porque estamos a passar para Comissão, não sei se fiz entender.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Eu não quero contrariar totalmente aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não, não. O texto que vem não é a Comissão. É no quinto que está-se a referir? No quinto eu pus assim: «Ainda que se reconheça...», esse foi a declaração de alguém. Agora, quando passar a conclusão, vai em nome da Comissão. Neste documento, não falamos em nome da Comissão.

Houve uma proposta, creio que foi do Sr. Deputado Rafael Branco que, ao passar-se para a conclusão da Comissão, esses termos tem que ser mais preciso. A Comissão reconhece que é no trabalho seguinte. Nós estamos a agir agora, no sentido de entrar nesta fase, de fazer o relatório da Comissão. No texto não tem: que a Comissão reconhece.

Nós estamos no ponto oitavo, houve intervenções que segundo as quais este ponto contraria frontalmente o disposto no ponto um e depois mais tarde no ponto décimo, que ainda não vimos. Qual é a opinião que vai prevalecer como opinião da Comissão? É a opinião da maioria. Se for consenso, melhor ainda, como tem estado acontecer. Porque nós temos que agir sempre de acordo com o sistema maioritário da Assembleia.

Eu também sou da opinião que este ponto contraria o ponto 1, logicamente. Não podemos dizer que uma coisa é obscura e depois dizermos no entanto... e foi uma opinião de um dos Srs. Deputados. Então, Sr. Deputado Domingos tinha a palavra em relação a esse ponto oitavo.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sou da opinião que prevaleça este ponto.

O Sr. **Presidente**: — Oitavo? Ok.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Ok.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sou da opinião que prevaleça o ponto, mas acho que aqui houve uma falha qualquer. Porque, «no entanto», não devia estar aqui. Porque diz: «O reconhecimento da existência de falhas processuais, num ou outro ponto o que conduz efectivamente a que esteja preenchido de irregularidades». Não é o contrário! Eu convivo com este ponto...

O Sr. **Presidente**: — Essa é a intervenção, segundo o Sr. Deputado.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Então, ele se contraria?

O Sr. **Presidente**: — Não. Ele diz que existe uma *por deficiência de gravação não foi possível transcrever esta intervenção.*

O Sr. **Adlander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, foi a intervenção do Sr. Deputado Cecílio.

O Sr. **Presidente**: — Pois, eu até não pus aqui os nomes, porque não interessava os nomes, mas sim as declarações.

O Sr. Deputado diz: «O reconhecimento da existência de falhas processuais num ou outro ponto do projecto, o que não conduz no entanto, que se diga que este esteja preenchido de irregularidades...». A diferença é, ele reconhece algumas falhas, mas ele não está de acordo que se diga que esteja preenchido.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Esclarecida.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu acho que como constatação esse ponto está correcto. Aliás, ainda foi reforçada pela colega Deputada Elsa. Mas pode não entrar como conclusão, mas como constatação, está correcto.

Porque aí está a reflectir precisamente uma opinião que se teve lugar.

O Sr. **Presidente**: — Todas essas constatações, foram tiradas das declarações uma a uma. Agora ao passar para a conclusão da Comissão, é isso que estamos a fazer agora. E as conclusões são por consenso ou por maioria. Está a perceber o Sr. Deputado? Quer dizer, nesta constatação mesmo até o projecto, há ideia ou reconhecimento de que o processo tem falhas. O que vem a seguir é que diz que: «...essas falhas não são assim tão significativas.» Aí é que vem a contradição com aquilo que já tínhamos dito no ponto um. Reconhece a existência de falhas.

Eu queria saber a vossa opinião, se o ponto oito entra em parte ou não?

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu reforço a opinião inicial. Eu sou da opinião que não adoptemos esse ponto como conclusão, porque contraria o primeiro ponto já adoptado pela Comissão e posteriormente irá contrariar o décimo ponto, se viermos a dota-lo.

No entanto, esta é a minha opinião particular, não havendo consenso, Sr. Presidente, eu acho que devia submeter a votação para avançarmos.

O Sr. **Presidente**: — Vamos perseguir, portanto, estamos no oitavo ponto. Saber se esse ponto entrava nas conclusões. O Sr. Deputado Adllander é de opinião que este ponto não deve entrar, pelo facto de contrariar o disposto num dos pontos anteriores.

A Sra. Deputada Elsa Pinto é da mesma opinião? Gostaria de saber a sua opinião.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Para retirar este ponto?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, como opinião ou constatação?

O Sr. **Presidente**: — Está aí como constatação.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sou da opinião que não entra nas conclusões.

O Sr. **Presidente**: — Eu também sou da opinião que não entre nas conclusões, porque de facto contraria o que foi escrito antes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos. A sua opinião.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Esse entra em detrimento do primeiro.

O Sr. **Presidente**: — Na sua opinião entrava esse em detrimento do primeiro?

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Mas nesse caso, há quatro opiniões, segundo as quais esse ponto não deve entrar nas conclusões.

O ponto nono.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, há uma contradição. Porque inicialmente a proposta do Sr. Deputado era que o primeiro ponto não viesse logo como o primeiro, mas que viesse no fim. E agora é uma nova proposta, de que não prevaleça o primeiro ponto, mas que prevaleça este. Daí que é preciso ponderar essas duas questões.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Domingos, de facto primeiro disse que não objectou em relação ao primeiro ponto, mas sim em relação a sua colocação. Mas agora já dizia que entrasse esse oitavo ponto em detrimento do outro. Qual é a final a sua opinião definitiva?

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, é que começamos logo a afirmar que esse processo se encontra envolvidos de muitas obscuridades. Que na minha opinião, não. Não muita obscuridade.

Ao analisarmos esse ponto oito, nós podemos concluir o mesmo. Na minha opinião este ponto prevaleça em detrimento do primeiro ponto ou que nós remodelemos o primeiro ponto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Domingos, na sua opinião este ponto entraria em lugar do primeiro, mas é uma opinião minoritária na medida em que já se disse que, aquele ponto de obscuridade tem a ver com as declarações que foram feitas. Nós tivemos todos muito livremente a expor as nossas opiniões.

O facto, de aparecer logo em primeiro, é o resultado das discussões que tivemos. Quer dizer como conclusão dessa e de todas as discussões vem essa conclusão. Eu reconheço a sua coerência, na sua posição, eu talvez também dissesse o mesmo. Mas maioritariamente os membros vão nos sentir que este ponto não entre nas conclusões.

É certo que no relatório final, as opiniões minoritárias segundo a Lei n.º 2/2008 dos Inquéritos Parlamentares, que essas opiniões também façam parte do relatório. Maioritariamente este ponto não entra nas conclusões.

O ponto nono

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu tenho um pouco de dificuldade em adoptar esse ponto pessoalmente, mas talvez que se tivesse presente, porque quem o colocou como constatação pudesse me clarificar e eu poderia vir a adoptá-lo. Porque não temos o mandato para avaliar a viabilidade do projecto. Acho que isso não está de acordo com aquilo que fomos chamados para fazer.

O Sr. **Presidente**: — Queria ouvir outros comentários.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu também subscrevo esta posição e o reforço na medida em que a pessoa talvez, que fez essa constatação é preciso estar na posse de elementos que efectivamente é um supermercado.

Falou-se da requalificação, falou-se de acabamento, há contradição entre a requalificação e acabamento de obras. Mas efectivamente para que isso se destina, ninguém falou como propriedades sobre este fim.

Aventou-se que seria eventualmente um supermercado, mas ninguém nos disse *ipsis verbis*, que seria um supermercado. Portanto, não podemos navegar em águas... O fim que se destina cabe ao Governo dar, não somos nós que vamos ajuizar sobre isto.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, também na esteira das outras intervenções, estou inteiramente de acordo. Eu acho como constatação de alguém que fez essa declaração, mas como conclusão, não.

Aliás, nós até agora não recebemos os dois documentos que esperávamos. Poderia dizer em definitivo, qual era o objectivo. Portanto, eu acho que como conclusão, não.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Domingos, está de acordo?

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Eu também estou de acordo. Senhores técnicos, eu chamo atenção, porque esse ponto 9 não entra nas conclusões. O ponto 10.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu sou de opinião que para esse ponto deveríamos arranjar uma forma de termos um texto que se adequa, porque acho que haverá repetição, se viermos a adoptar esse ponto, ou seja, os pontos 1 e 2 têm entendimentos semelhantes.

O Sr. **Presidente**: — 1!

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Não, n.º 10. «A prevalência de erros gravíssimos em termos formais e das formas que superintendem a administração pública». Porque se nós formos avaliar também o n.º 1, leva-nos no mesmo caminho. Ou pegamos o texto e fazemos um só, ou adoptemos o primeiro e abandonemos o décimo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, no ponto de vista jurídico não sei se uma coisa substitui a outra. Gostaria de pedir a opinião da Sra. Deputada que é jurista.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Eu acho que no trabalho das recomendações, vamos ter que trabalhar, efectivamente a redacção disto. Porque tem elementos muito valorativos na constatação: «gravíssimos», «muito», são elementos valorativos. Têm erros!

Agora, a graduação da expressão «gravíssimos», é o conceito valorativo. Daí que, o que importa é fazer-se a constatação. Houve erros e falhas, esse é um pouco da redundância do primeiro ponto. Porque há obscuridade, então fala-se de erros gravíssimos.

Nós temos de encontrar uma fórmula logo na recomendação, constata que houve erros e falhas legais e é preciso supri-las. Agora, se elas são enormes ou de menos relevância, já é valorativo.

O Sr. **Presidente**: — Então é de opinião, que é possível se fazer uma recomendação só?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Um ponto único.

O Sr. **Presidente**: — E nas conclusões pode ficar assim?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Acho que um ponto único bastaria, para situar a questão.

O Sr. **Presidente**: — Opiniões dos Srs. Deputados?

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, de acordo e permite-nos resumir, porque nela não seria assim tão extensiva, sobre o ponto de vista conclusivo.

Portanto, acho que como constatação correcta, aliás, tirou-se mesmos dos textos. Estou de acordo com as duas intervenções que tiveram lugar.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Estou de acordo. Esta parte que diz: «...em particular que se notou ausência de concurso público». Estou de acordo que retirasse essa parte do texto. Porque vimos aí que o Governo pode conceder directamente.

O Sr. **Presidente**: — Estou de acordo com a vossa opinião, mas há uma coisa. O senhor disse a bocado que a questão de ausência de anúncio de concurso. Isso foi dito aqui por um dos Srs. Deputados.

Não consideram que isso é um aspecto importante que deva vir nas conclusões? Eu gostaria de ouvir a vossa opinião. O Sr. Deputado Domingos sugeriu que se retirasse, eu depois vou fazer o trabalho. Falar de ausência de anúncio do concurso, isso deve ficar ou não?

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é meu entendimento que se fará um tratamento sobre o ponto de vista conclusivo. Há partes aqui que seriam aproveitados, como por exemplo que era bom frisar na conclusão.

Mas é por isso que eu não faço questão que fique o texto todo. Como o Sr. Presidente e o relator, irá trabalhar sobre o aspecto conclusivo. Há aspecto que poderá ser aproveitado. Aliás, a Sra. Deputada Elsa até nos alertou sobre alguma terminologia que foi oral, que quando passar a escrita, deveríamos fazer algum tratamento em termos de *toilette*, concordância, mesmo forma jurídica para evitar.... Essa é a minha contribuição.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Creio que há uma proposta do Sr. Deputado Domingos, e sobre ela temos que pronunciar. Qual é constatação? Houve ou não anúncio do concurso público?

Sobre aquilo que podemos constatar de acordo com as auscultações que tivemos, a forma como foi, não houve anúncio do concurso público. Entretanto, eu acho que deve constar na conclusão.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Eu dividiria esse ponto em duas partes.

Primeiro, se tivéssemos que retrabalhar a redacção, começaria: «A prevalência de erros em termos formais das normas que superintendem a Administração Pública.» Isto é uma questão. Depois víamos ver com o primeiro ponto deste documento.

Há uma questão que se colocou que a concurso público, que foi amplamente debatida. Tendo o Governo a prerrogativa de adjudicar. Como será feita esta adjudicação? Tem que ser de acordo com as normas de licitação.

Uma delas é justamente o concurso público. O que se debateu é que em relação a essa obra, não houve o concurso público. Então fica apenas como constatação que não houve o concurso público para tal. O Governo assume que não houve porque ele adjudicou directamente! É uma mera constatação.

O Sr. **Presidente**: — *Por deficiência de gravação não foi possível transcrever esta intervenção*

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sim apenas que não houve o concurso público para tal obra, sem nenhum valorativo.

O Sr. **Presidente**: — Estou anotar tudo aqui que está a ser dito. A seguir o décimo primeiro ponto. Também não nos compete.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Eu não convivo com isso. O Governo faz o que entender.

O Sr. **Presidente**: — Também sou da opinião que, claro é uma constatação que saiu de uma declaração, mas como conclusão acho que não é nossa missão dizer que se devia continuar a lota ou não. Cada um de nós particularmente tem uma opinião, mas em relação a este processo de inquérito, a nossa missão não é dizer se o governo devia continuar a lota ou não. Estamos de acordo?

Vozes: — *Sim.*

O Sr. **Presidente**: — Então não entra.
O décimo segundo. É mesma coisa. Não.
O décimo terceiro

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — É uma conclusão que contribui para análise de posicionamento.

O Sr. **Presidente**: — A opinião deve permanecer. Mais opiniões.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Subscrevo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Domingos?

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Subscrevo.

O Sr. **Presidente**: — Ok. Eu também subscrevo. Estamos de acordo.
Décimo quarto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Apesar de ser uma constatação, eu acho que é irrelevante.

O Sr. **Presidente**: — Na sua opinião, é irrelevante porquê?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Estou a me rever porque é minha consideração. Portanto, são considerações que justificam um pouco o parágrafo anterior.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, ...

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, estou de acordo com a intervenção da colega.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Adllander Matos.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Eu também subscrevo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Domingos, também subscreve, que não deve entrar porque é irrelevante.

O Décimo quinto ponto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Convivo com o ponto.

O Sr. **Presidente**: — Está de acordo! Mais opiniões.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Convivo também.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Domingos.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Eu também convivo.

O Sr. **Presidente**: — Também eu convivo.

O Décimo sexto ponto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Convivo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Convivo.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Convivo também.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Domingos.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sim, também.

O Sr. **Presidente**: — Eu também convivo.
Décimo sétimo.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Convivo com o ponto.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Convivo.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Convivo também.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Domingos. Também convive?

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Eu também convivo.

O Sr. **Presidente**: — Há consenso.
Décimo oitavo. Vem reforçar o ponto 1. A vossa opinião?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — É necessário este parágrafo.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Subscrevo.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Estou de acordo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Domingos.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Eu estou de acordo.

O Sr. **Presidente**: — Eu também estou de acordo.
Décimo nono.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Subscrevo, porque esta foi a informação do próprio Director da DOPU e nós não temos como não o colocar.

O Sr. **Presidente**: — Mais opiniões? Estamos todos de acordo? O décimo nono fica.
O vigésimo?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Estou de acordo.

O Sr. **Presidente**: — Estamos todos de acordo?

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sim, vem na mesma esteira.

O Sr. **Presidente**: — O vigésimo primeiro.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Estou de acordo.

O Sr. **Presidente**: — Opiniões?

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Perfeitamente de acordo.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Refere-se a minuta do contrato! Que minuta do contrato! É o contrato ou minuta?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Domingos pode ver na página 70. Já viu?

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Na página 75 salvo erro.

O Sr. **Presidente**: — Começa na página 70.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sim, mas estou a ver a parte final.

O Sr. **Presidente**: — Ah, sim! Na parte final.

Isso foi nos enviados pela Direcção do Património. É uma minuta, na página 75 precisamente. Já viu? Estamos de acordo? Não tivemos o contrato, temos a minuta e foi através dela que ficamos a saber qual era a empresa que estava a intervir no projecto de requalificação.

Portanto, estamos de acordo?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Estou de acordo.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Mas isso, não ficaria: «O contrato não assinado pelas partes». Não ficaria melhor do que uma minuta?

O Sr. **Presidente**: — O contrato não assinado chama-se minuta, porque não há responsabilidade. Sr. Deputado Domingos, quem é responsável por isso?

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Tem um contrato.

O Sr. **Presidente**: — Não está assinado pelas entidades.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Remete-se essa minuta e depois, porque ela pode ser alterada, porque não está ainda assinada.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Por exemplo quando se quer comprar um terreno...

Murmúrios de alguns Srs. Deputados.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Se é mesma coisa, não faz sentido estarmos aqui a discutir. *Por deficiência de gravação, não foi possível transcrever esta intervenção.* Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Estamos de acordo que entre nas conclusões. Vigésimo segundo.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Estou de acordo.

O Sr. **Presidente**: — Pois, o que não recebemos.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Eu tenho alguma dificuldade, porque dizer que: «...fica aprovada a inexistência de memorando...». Isso foi uma intervenção de..., mas a nossa mão chegou...

O Sr. **Presidente**: — É por isso que está dizer inexistência.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Mas não sei se fica aprovado a inexistência de memorando. O memorando até pode existir, mas que não nos chegou as mãos.

Agora, nós adoptamos que fica aprovado que não existe. Quer dizer, é esta a ideia.

Porque segundo as declarações do Director do Património, existe memorando, mas no entretanto, não nos foi encaminhado.

O Sr. **Presidente**: — E que ficou de nos enviar.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Não tendo enviado, estamos a chegar a constatação que fica aprovada que não existe.

Não sei se poderemos encontrar uma forma que pudesse marcar melhor a nossa posição e não estamos a afirmar sobre algo que não vimos.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Mas se existisse, ele mandava.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Qual é a prova da existência? Havendo uma resolução do Conselho de Ministro ela tem que estar subjacente ao memorando. Esse memorando é que dá força a todas intenções. Não tendo esse memorando...

O Sr. **Presidente**: — Foi nos prometidos o envio do memorando, assim como informação proposta que deu azo a resolução. Nenhum desses documentos nos foi enviado. Para nós eles existem ou não?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Então, podemos provar que fez a nova proposta.

O Sr. **Presidente**: — Quer dizer para a Comissão não existe.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Em vez de «prova», fica «constatada a inexistência».

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Ou fica face a «inexistência de um memorando».

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — «Ficou constatada a inexistência» apenas. Não ficou provada, «fica constatada apenas».

O Sr. **Presidente**: — Estamos todos da opinião, essa alteração «fica constatada a inexistência do memorando de ...». Em vez de provada.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Continua sendo a mesma coisa.

O Sr. **Presidente**: — Não, não é mesma coisa.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — É a nossa constatação.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Mera constatação quer dizer, não tem prova que não existe.

O Sr. **Presidente**: — De facto, não temos prova que não existe. Para nós ficou constatado a inexistência, porque não recebemos. Estamos de acordo com essa redacção?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — É mais leve.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — É mais suave.

O Sr. **Presidente**: — Estamos todos de acordo?

Vigésimo terceiro.

Isso parece mais um conselho do que uma constatação. Isso é o conselho da nossa Deputada jurista. E como é que vamos fazer isso?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Indo para as recomendações, são duas propostas fortes. Uma delas é suster, outra é embargar.

O Sr. **Presidente**: — Pois.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Portanto, são apenas os caminhos para dar-se...

O Sr. **Presidente**: — Mas isso tem que ficar numa forma qualquer como conclusão. Porque isso já é recomendação. Face a tudo que vimos.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Tem duas soluções, dizer ao Governo para suster, quer que se resolva as questões das obras, que o Governo cumpra os procedimentos, etc., de uma fora amigável.

Então, um grupo de cinco deputados pode suscitar o embargo da obra. Tudo isso deve ser acautelado.

O Sr. **Presidente**: — Queria sugerir que esse texto entrasse nas recomendações, não tinha que entrar aqui. Face a tudo que analisámos e conclusões que chegamos, estamos a recomendar essas duas propostas. Qual é a vossa opinião?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Só temos dois caminhos.

O Sr. **Presidente**: — Entra como conclusão ou como recomendação. Depois de todas as conclusões temos que recomendar. Isso é o problema que estou a ver.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Pode entrar nos dois caminhos.

O Sr. **Presidente**: — Podemos também dizer o seguinte: nas conclusões que a Comissão avaliou os factos concretos. Não sei qual foi a metodológica que a Comissão adoptou.

Eu quero dizer-vos o seguinte, quando se terminar o trabalho, a Comissão pode, no texto do relatório, dizer como é que trabalhou. Analisou os factos concretos sem qualquer abstracção, etc.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Isso também é muito importante.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Temos que provar

O Sr. **Presidente**: — Mas estou a ver em termos de conclusão. Se é alguma conclusão ou é a Comissão no final do relatório ou dizer como trabalhou. Só essa primeira parte. A outra é recomendação.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Tenho uma proposta.

Eu portanto, dividiria o parágrafo. Uma tem a ver com a forma, o espírito que norteou os nossos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Mas isso é uma conclusão?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Também ficou provado. Se a Comissão trabalhou com o espírito de muita crispção, etc. ou se trabalhou em harmonia, se houve colaboração, tem que ficar no relatório.

O Sr. **Presidente**: — Última conclusão!

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Pois. Acho que analisou com abstracção, se fez devidamente o enquadramento das questões. É uma constatação e depois uma conclusão.

Porque temos que recomendar a Assembleia essas duas questões. Ou que o Governo suspende para suprir as insuficiências na impossibilidade disto, ou a Assembleia deve usar seus mecanismos, um deles é embargo de obra.

O Sr. **Presidente**: — Esse ponto vigésimo terceiro, podia funcionar como conclusão até «atropelo verificado». Depois a outra parte seria as duas recomendações.

Vamos fazer com que aquela primeira parte, a forma como é que a Comissão trabalhou, eu vou por isso como a última conclusão e que fecha. Depois então, vinha as recomendações. Opiniões?

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Estou de acordo.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, acho que de forma como está, não dá para entrar mesmo como conclusão.

O Sr. **Presidente**: — É a opinião do Sr. Deputado Guilherme Octaviano.
Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, na linha dos pontos que temos vindo a adoptar como conclusão, esse comentário já foge.

No entretanto, se quisermos continuar nessa linha e adoptar esse ponto, teria que contrariar grande parte daquilo que já havíamos visto. Tanto é, que faz referência a um memorando que constatamos que não existe.

O Sr. **Presidente**: — Mais opiniões.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Subscrevo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Está a fazer a ilusão a assinatura do memorando na base de uma Resolução do Conselho de Ministro. Acho que não ...

O Sr. **Presidente**: — Acho que não ...!? Não percebi.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Só um momento. Não.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Porque é o memorando precedeu a Resolução ou seja a resolução é que baseou no memorando.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Exactamente

O Sr. **Presidente**: — De acordo. Eu também sou da mesma opinião.
Vigésimo quinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — É a mesma coisa.

O Sr. **Presidente**: — Vigésimo quinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — É uma questão que já vem aventada ai, a questão de assessoria. Portanto, num ponto em que decidimos pôr no fim a questão da comissão com uma cerca...

O Sr. **Presidente**: — Isso também é recomendação?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Concluimos e depois também recomendamos.
Isso também já vinha num ponto qualquer lá atrás.
Então era desnecessário entrar aqui outra vez.
Como é que isso é?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu acho que tem que articular esses dois pontos. Quer a ver com necessidades de juristas experientes e técnicos. Aquele ponto num artigo único.

O Sr. **Presidente**: — Ok. Vem no ponto 7.
Vigésimo sétimo. Opiniões.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Eu convivo com este ponto, mas considero que apesar de ser um ponto de sustentação do Governo, é um ponto bastante valorativo. Porque conclui depois que cometeu alguns erros processuais. Quando se diz alguns, pode ser até 100.

O Sr. **Presidente**: — Mas o reconhecimento da «existência de falhas processuais, já vem lá atrás. Mas que não constitui motivos para se afirmar que o Governo agiu de forma ilegal...». E nós atrás dissemos que há questões muito obscuras, etc..Mais opiniões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — É que este ponto, afirma que o Governo certamente cometeu alguns erros processuais, mas não impossibilita — «Os documentos exigidos e pelas audições que aqui tiveram lugar reconhece a existência de algumas falhas», que nós já vimos nos outros pontos.

É por isso que faço finca-pé, ou seja a minha opinião vai de encontro a esses pontos. Se verificamos três ou quatro pontos acima fala disso. No ponto oitavo e um outro, vimos que os erros não são assim muito relevante. Porque nós no primeiro ponto quando dizia, «está envolvido em muita obscuridade». Esses pontos vêm contrariar totalmente a essas questões.

Na minha opinião é que esses pontos continuem. É bem possível que haja aqui uma outra alteração que possamos fazer, mas que isto continue.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Domingos, aprovamos aqui uma série de pontos, segundo os quais estamos perante ausência de muitas documentação que é muito necessária que não se pode passar de lado em processo de licitação. Compreende!

Portanto, quando diz que cometeu alguns erros processuais, mas não foi muito grave. Já provamos aqui constatações que vão passar as conclusões que mostram que nós não vimos o contrato, não vimos o memorando, não vimos a informação proposta que deu azo a resolução, não temos nada.

E já provamos! Como é que se diz que não foi grave! Como é que podemos dizer que não foi assim tão grave e houve erros só processuais. Nós não temos nada nas mãos, tirando uma resolução que nos mostraram aqui da intervenção do Sr. Director do Património. Afim ao acabo não temos mais nada, temos uma minuta de contrato administrativo, que nem é o contrato porque não está assinado e está nos autos.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — É uma falha.

O Sr. **Presidente**: — Uma falha! O Senhor por exemplo.... Dessas omissões e por outro dizer que elas são pouco grave, não tem sentido.

Portanto, opinião dos Srs. Deputados, em relação...

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, nós adoptamos.

Anteriormente que prova que houve ilegalidade, e esse ponto vem levar-nos à conclusão de que: «...apesar de existir alguma...» «...o Governo não agiu de forma ilegal.» Há contradição nesta forma. No entanto, na última parte faz referência, «que contribui para bem da população», aquilo que a Comissão não está chamada a avaliar. Entretanto, tendo já adoptado um conjunto de ponto que leva no sentido que houve ilegalidade, sou da opinião que não adoptemos esse ponto.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, eu subscrevo essa intervenção, enquanto membro da Comissão.

Portanto, esse ponto não entra nas conclusões.

O ponto vigésimo oitavo.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Este ponto poderá entrar na recomendação. Na perspectiva de evolução poder-se novamente. Mesmo assim acho que deveríamos ponderar-se suficiente este ponto, se há necessidade efectivamente de serem chamados. Nesta fase eu acho que não, acho que deveria ser o plenário a decidir sobre a continuidade da interpelação ao Governo sobre esta matéria. Poderá ficar eventualmente na recomendação, se acharmos que há essa necessidade. Mas eu considero que estão esgotadas de voltar a chamar outros membros do Governo novamente.

O Sr. **Presidente**: — Mas isso cabe a nós apontar ou cabe ao plenário decidir. Na eventualidade a quando da submissão do relatório ao Plenário. Eu queria ouvir a vossa opinião.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu também realmente tenho alguma dificuldade em opinar. Primeiro, é que estamos um pouco sobre pressão de tempo. Talvez, se fosse possível em termos regimental depois da constatação, passarmos ao Plenário decidir sobre a forma como deve ter desfecho o processo.

Tenho essa dificuldade de emitir a minha opinião. Não sei se temos tempo suficiente para auscultamos os Ministros visados, para consequentemente fazermos a recomendação final para cumprirmos com o prazo. Caso não acho que podemos remeter isso como recomendação e posteriormente o Plenário vai decidir.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, lendo bem este articulado, eu considero que se devia reformular. Tem que ficar claramente espelhado que a contradição entre as declarações dos Ministros e dos Directores. Isso tem que haver um artigo que diz claramente, e aqui está a dizer.

Nas declarações públicas que fizeram e os depoimentos dos Directores ficou plasmada essa contradição. Depois a necessidade de ouvir os Ministros, portanto cabe ao Plenário. Acho que não temos tempo útil mais para ouvir Ministros.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, no âmbito das visitas que efectuámos, fizemos depois algumas auscultações.

O Sr. **Presidente**: — Nós a 4.^a Comissão. Não a Comissão de Inquérito.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — A 4.^a Comissão e não a Comissão de Inquérito. Eu reposto a 4.^a comissão efectivamente.

Eu também acho, Sr. Presidente, que em termos da disponibilidade, não sei se seria da nossa parte. Efectivamente, convinha que fosse o plenário, porque na Comissão de Inquérito reparámos muitas contradições entre as afirmações dos Directores do DOPU, das Finanças e dos respectivos Ministros. Acho que devíamos remeter esta questão ao Plenário.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, correu-se agora uma ideia. Não sei quais as possibilidades de se vir a concretizar. Tendo a 4.^a Comissão, talvez a 2.^a ou a 1.^a Comissão, auscultado o Srs.

Ministros na sede da 4.^a e da 2.^a sobre a Lota e a chapa de zinco, a possibilidade da Comissão solicitar os serviços da Assembleia gravação sobre os depoimentos dos Srs. Ministros para ver se tem resposta que vão de acordo as informações que estamos em busca.

O Sr. **Presidente**: — Quer dizer, nos processos geralmente podemos recorrer a meios de prova, deixei-o fidedignos. Já agora, queria de ouvir a opinião da Sr.^a Deputada Elsa Pinto, para dar resposta a questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Adllander.

A 4.^a Comissão fez uma visita ao complexo da Lota, depois chamamos para aqui o Sr. Ministro das Obras Públicas, fez declarações sobre a questão da Lota e foram gravadas. Claro que temos essas declarações aqui gravadas na Assembleia. Será que podíamos solicitar, como disse o Sr. Deputado Adllander, aos serviços da Assembleia essas declarações?

Elas são validas neste processo? Esta é a questão que eu queria colocar.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sendo uma questão que acontece simultaneamente aos trabalhos da Comissão de Inquérito. Poderá haver esses expedientes da Comissão de Inquérito, poder solicitar pelos canais adequados o depoimento prestado pelo Sr. Ministro para trazer a colação e aproveitar deste depoimento, que é importante.

Mas é preciso que esse expediente não seja feito de forma oficiosa. É preciso que se cumpra todos pressupostos para trazer este depoimento para a Comissão de Inquérito. Porque até a Comissão de Inquérito pode recorrer a perícias, relatórios, tudo para apuramento da verdade.

O que importa, é que se cumpra com expedientes legais. Por exemplo, dizer que é uma Comissão para outra Comissão! Não. Tem que ser de forma muito oficial.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Se esse expediente for possível facilitaria, para não termos que chamar o ministro para fazer um depoimento que ele já fez na sede da Assembleia Nacional, se bem que são em Comissões diferente, mas com mesmo objectivo.

Estive presente nessa auscultação ao Sr. Ministro, ouvi-lo a fazer algumas declarações por exemplo, a falar da existência de um memorando de entendimento, o que nós não vimos.

Houve outras intervenções que servirá de apoio para fazermos a recomendação.

O Sr. **Presidente**: — Então quer dizer que essa constatação vigésima oitava seria substituída por esta? Porque essa diligência tem que entrar aqui neste documento, as conclusões.

A comissão por uma questão de tempo ou de oportunidade, chega a conclusão de que se deveria dirigir aos serviços da Assembleia no sentido de auscultar as opiniões do ministro quando ele esteve aqui na Comissão.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Eu acho que é assim, um expediente não prejudica o outro. Para enriquecimento do próprio inquérito podemos trazer a colação do depoimento do Sr. Ministro prestado na 4.^a Comissão.

Mas eu considero oportuna essa questão de que o Ministro pode ou não intervir. Agora, cabe a nós é recomendar ao Plenário sobre essa matéria. E podemos até faze-lo de outra forma. Todos os expedientes não prejudica também a interpelação do próprio membro do Governo, numa fase posterior, mas deve ficar.

O Sr. **Presidente**: — O quê que deve ficar neste ponto vigésimo nono?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Deve ficar como está para a recomendação. Porque o Plenário pode decidir isto.

O Sr. **Presidente**: — Como recomendação?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sim. O Plenário também será soberano, se achar que não vai ouvir não ouve.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de pedir a opinião da Sr.^a Deputada Elsa Pinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Não percebo.

O Sr. **Presidente**: — O quê que vamos pedir a Assembleia? O Diário da Assembleia ou uma cópia da versão digital. O quê que faz mais fé em termos jurídico?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Matéria é a prova física.

O Sr. **Presidente**: — Versão electrónica daquilo que foi dito?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Reduzido a escrito.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Se for reduzido a escrito terá que ser o Diário da Assembleia Nacional.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Ah! Já está no Diário?

O Sr. **Presidente**: — Está tudo aqui.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Faz prova. Mas sem omissões nenhuma! É exactamente o que está ali.

O Sr. **Presidente**: — Mas é aquilo que ele disse.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Aquilo que ele disse é que importa

O Sr. **Presidente**: — O Diário está completo, tem todas as intervenções, nossas, as do Sr. Ministro, etc. O quê que queremos?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Audição.

O Sr. **Presidente**: — Audição é tudo isso!

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Isso faz fé.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Isso é um documento oficial da Assembleia.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — É uma prova que ficou.

O Sr. **Presidente**: — Vamos por isso como anexo?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Solicitar os serviços da Assembleia Nacional

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Porque o depoimento foi ouvido na 4.^a Comissão, mas sabe que audição dele vai servir para uma questão ou outra. Para fins que ele está ser ouvido. O depoimento dele é usado para outro fim fica...

O Sr. **Presidente**: — Fica como oficial.
Para fins de quê Sra. Deputada Elsa?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — De inquérito da comissão parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Ok. Vamos fazer essa solicitação mais rápido possível, ainda hoje ou amanhã. Portanto, vamos continuar. O ponto vigésimo oitavo continua como recomendação ao Plenário na mesma?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Estamos todos de acordo?

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Estamos.

O Sr. **Presidente**: — Estamos todos de acordo.
O ponto vigésimo nono é como ter um resumo de tudo?

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Vale a pena ficar aqui outra vez?

Não podemos relacionar isso com o número um? Não podíamos inventariar tudo isso como está aqui para demonstrar no número um. O quê que os Srs. Deputados acham? Na reunião devíamos fundamentar o número um com essa passagem. Não sei se são da mesma opinião?

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Este ponto é que define os tipos de irregularidade que nós aqui aprovamos. Acho que faz sentido relacionarmos com o número um e fazermos um texto de conclusão.

O Sr. **Presidente**: — «... da Lota de Peixe está envolvida em muitas obscuridades e apresenta graves ...elevados processuais:». Foi efeito a intervenção, esse é um primeiro ponto. Depois vimos na sequência, de fazermos o levantamento de tudo, como está aí no vigésimo nono. O quê que acham?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Este primeiro ponto justifica o porquê do inquérito. Porquê obscuridade perante actos que violam regras.

Abre-se o inquérito. Depois vem as constatações de acordo com as intervenções. Era bom ver aqui, porque às vezes o director fala, depois ele retoma o que ele disse lá. É preciso dizer tudo o que um director disse e o que um outro disse, depois as constatações da própria Comissão em bloco.

O Sr. **Presidente**: — Então vamos fazer o seguinte, nesse ponto...
Srs. Deputados, opinião! Vamos então juntar esse ponto com matéria factual.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Esse 30 é relevante, é o que temos que fazer. É apenas uma consideração.

O Sr. **Presidente**: — Isso é o que estamos a fazer agora.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Exactamente.

O Sr. **Presidente**: — Isso não entra?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Não deve entrar.

O Sr. **Presidente**: — Estamos de acordo? O 30 não entra porque é isso que estamos a fazer agora.

Vozes: — Sim, sim

O Sr. **Presidente**: — Trinta e um.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Trinta e um já foi ultrapassado com a decisão de nós chamarmos.

O Sr. **Presidente**: — Ah! Não também.
Ponto trinta e dois.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Também já falamos.

O Sr. **Presidente**: — Também já falamos! Mas a quê que vem fundamentar esse pedido.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Está no ponto 32?

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sim

O Sr. **Presidente**: — O ponto 32 é que vem fundamentar esse pedido ao serviço da Assembleia. O quê que acham?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Porque a questão não consta em partes nenhum. A proposta só vem constar aqui agora.

O Sr. **Presidente**: — Mas em vez de ficar aqui, pelo que deveria basear no termo. Agora é que devia vir a conclusão de que se devia pedir aos juízes.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Exactamente.

O Sr. **Presidente**: — Vou por aqui: «Trabalhar a redacção 32, no sentido da solicitação aos serviços da Assembleia». Está bom.

Por último 33.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Já não tem razão de ser.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não sei se há mais qualquer consideração da vossa parte. Entretanto, vamos trabalhar este documento de modo a fazer as constatações.

Hoje é quinta-feira, seria bom que nós pudéssemos vir aqui nos primeiros dia da próxima semana.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Eu viajo na próxima sexta-feira.

O Sr. **Presidente**: — Amanhã ou amanhã a oito.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Amanhã.

O Sr. **Presidente**: — Vai ao Príncipe e volta quando?

Riso.

O Sr. **Presidente**: — Não vou para este lado? Porque tem um amigo dela do outro lado.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Que amigo?

O Sr. **Presidente**: — O Tozé Cassandra.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Acho que devíamos estabelecer hoje uma agenda até a conclusão final do trabalho. Nós temos até o dia 15. Se nós não nos organizamos o suficiente, não cumpriremos o prazo.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Mas também esta....

O Sr. **Presidente**: — É constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito com os seguintes objectivos: «Aprofundar as questões que se prendem com eventual concessão da Lota de Peixe;

Averiguar a legalidade dos actos à luz das normas em vigor».

«Propor medidas correctivas que permitam a reposição da legalidade e a responsabilização dos eventuais infractores»;

«Averiguar a legalidade dos actos a luz das normas em vigor» Implicitamente o quê que isso quer dizer? Ouvimos e tiramos conclusões sobre a ilegalidade. Nós averiguamos a legalidade dos actos a luz das normas em vigor.

A questão da luz das normas em vigor o quê que querará dizer? Que temos que conformar as ilegalidades as normas.

Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Fazer o seu enquadramento.

O Sr. **Presidente**: — Esse enquadramento. Quando nós dizemos no relatório que temos que chamar juristas e técnicos que nos possam ajudar no ponto de vista jurídico. É para que fase, que os senhores estão a ver isso? É para depois do Plenário ou agora no enquadramento legal?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Agora fizemos todo o inventário da situação patrimonial. Mas cada infracção corresponde uma ilegalidade, mas há uma tipificação. Temos que estudar as normas e dizer que tal norma foi violada. É como se fosse.

O Sr. **Presidente**: — É isso, e a senhora vai fazer muita falta aqui, e vai sair logo amanhã.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — O Apoio ao Plenário pode nos ajudar nisso. Temos lá muitos juristas, o Catambe e mais outro senhor, mais três!

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Tem que pegar nas normas sobre a Licitação e Contratos Públicos. Está em cima da mesa, me dê rapidamente.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Estamos em cima da hora.

O Sr. **Presidente**: — Estamos mesmo em cima da hora.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Se olharmos agora para o calendário, temos dois dias úteis. Se deveríamos entregar até o dia 14 ou 15, são respectivamente sábado e domingo.

O Sr. **Presidente**: — Quando é assim, passa para o dia 17.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Podemos entregar no dia 17.

O Sr. **Presidente**: — Se a senhora me tivesse dito isso. Quando é que regressa?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Só vou para uma semana...

O Sr. **Presidente**: — Sobre essa questão do enquadramento legal isto tem que ser feito.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Na montagem das conclusões e das recomendações, tem que ir de acordo com o que diz o suposto que sustenta a necessidade resolução, exactamente como está lá. O quê que diz o artigo 1.º?

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Na segunda-feira para ganharmos tempo.

O Sr. **Presidente**: — Vamos esperar ela regressar.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 11 horas e 35 minutos